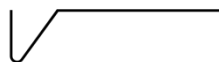


Produção artística de um bebê. Breve reflexão acerca do entendimento do feto como pessoa



Bárbara Côrtes Loureiro¹

Resumo

Este é um breve ensaio interessado em discutir as implicações da atribuição de lugar social ao feto humano. Nas próximas páginas, debruçando-me sobre um modelo de abordagem da gestação e do feto, investigarei algumas leituras ocidentais de etapas do processo reprodutivo e suas decorrências, atravessadas por possíveis discussões acerca das noções de corpo, coisa e pessoa nesse contexto. Para tanto, tomarei especialmente o exemplo da prática da “Pintura do Ventre Materno”, tal como é trabalhada por Mata & Shimo no campo da Saúde, como objeto inicial para propor reflexões.

Palavras chaves: corpo; coisa; pessoa; sexo.

Abstract

This is a brief essay focused on discussing the implications of the attribution of social place to the human fetus. In the following pages, addressing to an approach model of the pregnancy and fetus, I will investigate some Western readings regarding the stages of the reproductive process and its consequences crossed by possible discussions about the notions of body, thing, and person in this context. Therefore, I will specifically take the example of the practice "Maternal Womb Painting" as developed in a scientific article by Mata & Shimo, in the health area, as an initial object to propose reflections.

Keywords: body; thing; person; sex.

Resumen

Esto es un ensayo breve interesado en discutir las implicaciones de la atribución del lugar social al feto humano. En las páginas siguientes, mirando un modelo de enfoque del embarazo y del feto, investigaré algunas lecturas occidentales de las etapas del proceso reproductivo y sus consecuencias, cruzadas por posibles discusiones sobre las nociones de cuerpo, cosa y persona en este contexto. Para este propósito, tomaré especialmente el ejemplo de la práctica de la "Pintura del Vientre Materno", tal como fue trabajada por Mata & Shimo en un artículo científico, en el campo de la salud, como un objeto inicial para proponer reflexiones.

Palabras clave: cuerpo; cosa; persona; sexo.

¹ Bárbara Côrtes Loureiro é mestranda de Ciências Sociais pela UNIFESP. Email: l.barbaracortes@gmail.com.

Introdução

Como é produzido um bebê? Não é possível traçar respostas sem antes passar por uma investigação do próprio conceito: o que é – e o que não é – “bebê”? Há uma aproximação presumida entre as noções de “feto” e “bebê”, que participa da composição ontológica da reprodução humana, no contexto ocidental cristão.

Essa aproximação produz efeitos políticos acerca da autonomia reprodutiva da mulher, bem como das leituras e decorrentes funcionalizações do sexo e do gênero nesse contexto. Quero discutir esses efeitos – e os mecanismos que os sustentam – a partir da exemplificação de como é tratado o feto pela linguagem de um discurso médico, uma prática artística e uma proposição cultural moralizada, concentrados em uma mesma publicação recente.

O artigo científico “A representação social da arte da pintura do ventre materno para gestantes”, de Júnia Mata e Antonieta Shimo, faz-se oportuno objeto para discutir leituras sociais do feto. Sua abordagem, partindo da perspectiva do campo da Saúde, trata da prática de ilustrar, sobre a pele do ventre gestante, uma imagem do feto gestado. Tal exemplo é aqui tomado como particularmente interessante, dada a centralidade nele enunciada do caráter de arte atribuído à prática. Nele, manifesta-se o acionamento da linguagem artística como instrumento de conferição, reforço e manutenção dos lugares sociais ora entendidos como inerentes ao corpo fetal. Descreve-se a prática em questão:

“a Arte da Pintura do Ventre Materno é um fenômeno artístico utilizado para expressar esteticamente e de forma objetiva o bebê imaginário e os elementos que constituem a gestação, podendo **promover experiências** maternas subjetivas **que fomentem ‘conhecer’** sobre o feto e o seu estado intraútero, estar/interagir com ele, a disposição **para evitar a separação** ou perda e para protegê-lo.” (MATA & SHIMO, 2017, p. 252, grifos meus).

O processo é realizado por meio da feitura de desenhos, com tinta, sobre a pele do ventre gestante, ilustrando figurativamente um bebê que “ocupa” o interior desse ventre, sendo ilustrados também eventualmente elementos fisiológicos como a placenta e o cordão umbilical. Essa prática e as proposições a ela atreladas no objeto serão a seguir esmiuçadas a fim de identificar e revelar, na atividade ritual, propósitos e processos de construção de sentidos. Para tanto, procuro aqui esboçar, a partir de contrastes discutidos pela antropologia entre as categorias coisa, corpo e pessoa, e suas aplicações, uma reflexão que

articule especialmente: a) compreensões e atribuições possíveis de funções, direitos e lugares sociais aos corpos em questão; e b) a atuação da prática “Pintura do Ventre Materno” na reprodução de um entendimento das ideias “feto”, “bebê”, “gestante” e “mãe” localizado no interior do contexto ocidental cristão. O ponto focal está no entendimento do feto em formação como pessoa nesse contexto, e nas implicações de tal entendimento sobre o lugar atribuído às possibilidades para uma autonomia reprodutiva da mulher.

1. “Pessoa” como status conferido

A discussão trabalhada por Marcel Mauss ([1950] 2018) sobre a noção de pessoa faz-se ponto de partida da abordagem presente. Reconhece-se aqui a pessoa enquanto implicada nos significantes sociais que a identificam e distinguem perante seu contexto coletivo, isto é, “nomes, bens, cargos, antepassados, (...) posições (..), direitos pessoais, coisas e ao mesmo tempo espírito individual delas.” (p. 377). Ainda que Mauss coloque a pessoa como um conceito de definição aberta - “Quem pode mesmo dizer que essa “categoria”, que todos aqui acreditamos estabelecida, será sempre reconhecida como tal?” (ibid., p. 397) -, os variados passos de sua análise parecem levar a crer que pessoa é, em todo caso, um status.

Colocações de Marilyn Strathern levam esse status a questões além: a pessoa pode desvincular-se do sujeito, isto é, o contexto e a relação podem estabelecer ao corpo caráter de coisa, ou ao objeto caráter de pessoa, por exemplo - não se tratando aqui de fenômenos de reificação ou fetichismo, mas de deslocamentos do lugar relacional e operacional. Nesse sentido, o feto como pessoa pode ser lido oportunamente a partir da percepção de que há uma variedade ampla de associações e dissociações possíveis entre humano e não-humano, conforme a diversidade de contextos significadores.

Traçando breves comparativos com os exemplos com que trabalhou nas Ilhas Trobriands e junto aos povos melanésios, Strathern (1995) caminha passos extraordinários para a Antropologia ao desnaturalizar o entendimento euro-americano de continuidade presumida entre relação sexual, gestação e maternidade e, assim, entre a participação “biológica” na reprodução humana e a acepção de papéis como “pai” e “mãe”. Para tanto, flagra a tradição euro-americana acerca dessas associações, transmitida via educação social para as crianças:

“No contexto do círculo familiar considera-se a relação sexual entre os pais como o fundamento do amor conjugal no qual se baseia o amor familiar. O sexo é, assim, o “bolo da naturalidade” do relacionamento do par conjugal do qual o filho é encarado como um resultado igualmente **natural**. O intercuro sexual não se restringe ao casamento, mas não é esta a questão. A questão é que numa união conjugal ele cumpre uma importante função simbólica. Tanto responde à necessidade biológica como se acredita que estimule o amor entre os pais que e também o amor destes pelos filhos. Se o sexo representa a união de marido e mulher como casal, para a ideia de sua união, o relacionamento sexual significa a importância de relacionamentos em geral.” (p. 313, grifo meu)

A fim de adentrar e compreender a abordagem feita em Mata & Shimo (2017), e em reconhecimento de certo papel da arte enquanto linguagem propositiva e, aqui, instrumental, tomo brevemente também as proposições de Rancière (2005) acerca dos mecanismos de legitimação que conferem participação no que o autor vai denominar “partilha do sensível”. Faz-se frutífero o diálogo com sua explanação acerca das definições de “quem partilha”, bem como do entendimento platônico das artes como “maneiras de fazer”, para possíveis leituras sobre os efeitos da Pintura do Ventre Materno. Chegamos, então, ao modelo aqui objetificado.

2. Pressupostos ocultos

A perspectiva da gestante é posta como o central ponto de atenção da pesquisa de Mata & Shimo (2017). Ao abordarem-na, tomam como referencial a elaboração que Serge Moscovici (2015) denomina Teoria das Representações Sociais (TRS). Nessa elaboração, tem-se a identificação de sistemas de “valores, ideias e práticas, com duas funções: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, permitir que a comunicação seja possível entre outros membros da sociedade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os diversos aspectos do seu mundo, da sua história individual e social” (MOSCOVICI, 2015, apud MATA & SHIMO, 2017, pp. 252-253). A aplicação dessa proposta visa, segundo as autoras, possibilitar “uma rica compreensão do que esta técnica artística representa *para elas* [as gestantes]” (ibid., p. 254, grifo meu).

É interessante notar, então, que a abordagem em questão reconhece processos sociais de produção de sentidos, no interior da prática da Pintura do Ventre Materno

inclusive, bem como sobre os elementos “feto” e “bebê” que envolve. No entanto, o mesmo material trata como fatos dados, ao longo de todo o seu conteúdo, certas representações sociais - nos termos que ele próprio explana -, tomando-as como *natureza* (conjunto de pressupostos) a partir da qual se pode dar início a uma análise de acontecimentos, efeitos e interpretações.

Assim, se, por um lado, reconhece-se a presença de representações que “convencionalizam os acontecimentos, os objetos e os indivíduos, (...) lhes dão forma definitiva, os localizam em uma determinada categoria e os colocam como um modelo compartilhado por um grupo.” (2017, p. 253), por outro, leva-se a entender que essas representações se limitam apenas à perspectiva da gestante:

“Optamos pela TRS por acreditar que este é o melhor caminho para abordar as **informações, opiniões e crenças das gestantes** que vivenciaram a Arte da Pintura do Ventre Materno, possibilitando uma rica compreensão do que esta técnica artística **representa para elas.**” (ibid., pp. 253-254, grifos meus).

O ponto de partida dessas gestantes seria então um fato natural – a gestação -, que no espírito do texto toma tantos outros pressupostos, como a aproximação entre as noções de “feto” e de “bebê”; a relação de filiação-maternidade entre gestante e feto; a existência de um padrão emocional na experiência da gestação em si, envolvendo expectativas pré-determinadas; e o estabelecimento de relações específicas entre corpos presumidamente autônomos, como veremos.

3. Da coisa feto à pessoa bebê

Mata & Shimo afirmam que “entre a gestante e o feto é estabelecida uma relação próxima, na qual os protagonistas são invisíveis um ao outro e, apesar de a mulher poder sentir o bebê, não pode ter certezas objetivas de como ele é (suas características físicas).” (2017, p. 251). O trecho leva a crer que “o bebê” e o feto são homólogos, quando não sinônimos, isto é, que a *pessoa* “bebê” *habita* o corpo da gestante enquanto feto, com características físicas que são a) virtualizadas na projeção de, talvez, uma similitude (o bebê como uma continuidade das pessoas representadas por seus geradores biológicos), e b) de grande importância e interesse à sua hospedeira - mais que as condições, a aparência ou quaisquer traços de seus próprios órgãos internos, por exemplo, ou dos efeitos de um

alimento sobre esses órgãos. Há no feto um bebê, isto é, um ser humano virtual - mas a partir de que momento e que premissas?

Daí pode partir uma função da Pintura do Ventre Materno, definida como uma arte nos termos das autoras: estabelecer e afirmar a validade, ora culturalmente posta, desse ser humano virtual, perante um mundo material que potencialmente o receberá como pertencente, caso a produção de sua imagem cumpra todos os processos programados. Indago-me também sobre a universalidade com que essa relação parece ser tantas vezes tratada.

MacGaffey (1977), em seus escritos sobre os nkisi congolese, descreve a exemplo de elementos metafóricos “sementes de abóbora representando *bebês* no útero”² (p. 173). A ocasião em questão diz respeito à facilitação de processos de parto, no entanto não dá pistas suficientes para que se extraia desse exemplo algum indício de lugar social do feto em formação para o contexto do Congo, ou para compreender se há algum momento específico do processo gestacional, nesse contexto, para que o feto passe a ser considerado um “bebê no útero”. Talvez seja possível encontrar em múltiplas sociedades alguma forma de reconhecimento social do feto em formação. No entanto, cabe considerar que o entendimento do feto como *bebê*, pela perspectiva ocidental cristã contemporânea, compõe-se de constructos próprios acerca do gênero, do sexo, do corpo, da coisa e da pessoa, e, especialmente, tem implicações diretas sobre sistemas de controle - ou de organização social, para termos mais abertos - da reprodução humana e do corpo do sexo feminino, o que inclui fenômenos como a estatização de poderes de decisão sobre a gestação, o aborto, o parto e outros processos corporais reprodutivos.

Há, nesse sentido, uma relação social com “o bebê”, que atravessa a pessoa mãe, bem como o sujeito, o ser agente, gestante. Ainda em MacGaffey, as relações sociais estão implicadas na dimensão cosmológica e ontológica das sociedades. Assim, no contexto do Congo, a própria concepção do nkisi³ é relacional, e o nkisi, por sua vez, significado em seu contexto, compõe um lugar social que é verdadeiro e efetivo na/a partir da sociedade que o conceitua. No contexto euro-americano cristão, o feto parece constituir lugar social assimilado, por tradição cultural, como dado.

² No original: “squash seeds, representing infants in the womb”.

³ Indico ao leitor a leitura completa de MacGaffey, 1977, para adensamento da comparação aqui proposta, a melhor detalhar em futura oportunidade.

Ao esmiuçar esse flagrante - do caráter contextual-relacional dos conceitos e das descrições -, passando por aspectos ligados ao gênero e ao sexo entre os melanésios, Strathern desvenda indicadores da não-universalidade de um vínculo entre o corpo do sexo feminino e a pessoa mãe:

So what does motherhood imply? The short answer is that it is not just about bearing children but about nurture, and both men and women do that [are nurturers]. Indeed, we can say that both mothers and fathers may act as a kind of mother. [...]. Men see themselves as male mothers incubating boy initiates. (STRATHERN, 2013)⁴.

Essa noção de mãe que pode ser tanto do sexo feminino quanto do masculino desvincula, em certa medida, a maternidade da gestação e da gestante, uma vez que independe da determinação sexual de quem exerce a maternidade. Nesse sentido, talvez o sujeito gestante possa, mas não necessariamente “carregue um **filho**”, uma vez que o que implica maternidade pode ser posterior. Tais suposições, que aqui proponho, não têm a pretensão de sugerir quaisquer pré-interpretações sobre a conceituação melanésia de “filho”, mas antes convidar à hipótese da possibilidade de deslocamento, em uma variedade de configurações sociais, entre a *pessoa* “filho” - dada sobre um corpo recém-nascido ou coisa infantil a receber cuidados numa composição relacional pessoa-pessoa - e o corpo feto. Nessa possibilidade, o feto pode então ser ou não lido como um “bebê” ou um “filho” que está no útero, mas antes uma coisa outra, que é, e que enquanto tal só existe como tal - assim como uma semente não é “um broto dentro do fruto”.

Pessoa pressuposta no cenário ocidental cristão, “o bebê” parece ser uma coisa/entidade passível de virtualização, de corpo transponível e força vital atribuída. Nesse caso, o feto pode efetivamente *ser* um bebê desde que identificado ritualmente como tal, a despeito de sua não-materialidade no mundo público e da absoluta dependência de seu corpo em relação ao corpo gerador - materno -, cabendo indagar até que ponto e como a compreensão ocidental cristã os distingue como “dois”, se é que não vê, na verdade, o

⁴ Em livre tradução, minha: “Então o que implica maternidade? A resposta curta é que não se trata apenas de gerar filhos mas de sua criação, e homens e mulheres fazem isso [são cuidadores]. De fato, podemos dizer que tanto mães quanto pais podem agir como um tipo de mãe. [...]. Os homens se veem como mães masculinas abrigando* os meninos em iniciação”. *no original, “incubating” parece ter o sentido - em inglês - do que chamamos de “chocar” no caso de “chocar ovos”, fazendo referência ao modo das aves de aquecer ovos até que seus filhotes efetivamente nasçam. Penso que “abrigar” seja uma aproximação possível, ainda que não plenamente satisfatória a essa difícil tradução.

corpo materno como extensão do “corpo bebê” - e não o contrário -, de seu estado de não-individualidade ou não-subjetividade.

O bebê é uma pessoa na medida em que significa um status ao qual se atribui direitos, lugar na moralidade, funções, sentidos simbólicos e afetivos. O feto tomado por bebê passa, então, a ser alvo de reconhecimento no imaginário ocidental cristão como pessoa. Em complemento, a pessoa mãe tal qual atribuída à gestante, nesse contexto, parece substituir, no momento do anúncio de gestação, a pessoa mulher então atribuída ao sujeito do sexo feminino - a despeito de sua subjetividade.

Nesse sentido, quero provocar para a possibilidade interpretativa de que estejamos diante de um rito de passagem, que potencialmente mata a *parte* da pessoa (status) mulher que lhe conferia ou permitia certa individualidade. O rito estabelece, em substituição à mulher individual morta, o nascimento de uma mulher-com-bebê, isto é, da *pessoa* mãe naquele corpo, agora destinado a operar a existência de sua pessoa a partir do bebê, do vínculo com o bebê. As dificuldades de determinação sobre as condições para atribuição da pessoa bebê ao feto podem fazer desse rito antecipado ou postergado, nos debates, por exemplo, acerca do aborto ou da inseminação em clínica, em meio ao campo de disputa política a respeito da autonomia reprodutiva do corpo que engravida.

Parte dessas dificuldades parece decorrer do hábito algo moderno de buscar explicações e determinações biológicas para a justificação de fenômenos sociais. Esse hábito parece operar a atribuição de um caráter de “natureza” (do que é dado, quem ou além-humano, não questionável, não produzido) a tais fenômenos e suas explicações, culminando em ideias de inevitabilidade, destino e normalidade. Como explana Strathern, há um identificado “desejo comum a muitos sistemas morais de conferir legitimidade aos arranjos sociais ao provar sua inevitabilidade (“caráter natural”)”. (2017, p. 72).

Tendo em vista que “comportamentos culturais que não são reconhecidos podem se infiltrar despercebidamente em textos científicos por meio de palavras avaliativas” (MARTIN, 2006, pp. 96-97), faz-se pertinente então reconhecer possíveis efeitos dessa infiltração e, disso, dar cabo de localizar e esmiuçar, no pensamento euro-americano, elementos ontológicos de implicação política.

A compreensão do feto como “a” pessoa bebê pode estar estabelecendo diálogos basilares com uma compreensão do corpo do sexo feminino como coisa em-potencial-gestadora, possível fundamentação da peculiaridade de descrições, no campo da Saúde,

sobre fenômenos que envolvem o sistema reprodutor desse sexo, se comparadas a descrições de fenômenos de outros sistemas do corpo humano.

O denso trabalho de Emily Martin (2006) aborda possíveis compreensões de processos reprodutivos como esquemas de produção, ora “contaminados” pela lógica industrial, alienando a mulher em relação a sua produção ao mesmo tempo em que conferindo à produção um responsável masculino. Em sua articulação, apresenta possibilidades para uma linguagem médica menos demarcada – ou não demarcada – por distinções hierarquizantes entre os sexos, mesmo que seguindo a metáfora de produção. Ela questiona ainda a especificidade da presença de referências degradantes na descrição de processos envolvendo o sistema reprodutor feminino quando comparada à descrição de casos masculinos ou mesmo à de processos fisiológicos de outros sistemas:

“A superfície do estômago precisa se proteger para não ser digerida pelo ácido clorídrico produzido na digestão. Nos diversos livros citados (...), a ênfase está na *secreção* de muco, na *barreira* que as células mucosas representam contra o ácido estomacal e – usando uma expressão que entrega tudo – na *renovação*- periódica do revestimento do estômago. Não há nenhuma referência a degeneração, enfraquecimento, deterioração ou reparo, [como há na descrição da menstruação,] ou até mesmo a termos mais neutros, como derramamento, soltura ou substituição” (2006, p. 99).

Partindo do exercício comparativo entre descrições de sistemas do corpo humano, dado o entendimento de processos fisiológicos tais quais a digestão como partícipes de um corpo agente e autônomo - e não referidos como acontecimento “sobre” corpos externos, como o alimento -, poderia-se dizer que há diferença no entendimento da presença do gameta masculino como, em primeiro lugar, sentido de agência externa (o provedor do sêmen como “fazedor” do feto), e, acrescido a isso, como protagonista do processo⁵. O lugar social dos sexos estabelece como jargão de senso comum a sugestão de que o homem provedor do sêmen no processo reprodutivo “faz” um *filho* (feto) “na” mulher, quando o mesmo não ocorre para sugerir, por exemplo, que a amamentadora “faz” a digestão “no” bebê, ainda que sendo a provedora direta do material a ser digerido. Reconhece-se, no segundo caso, a complexidade e multiplicidade de processos envolvidos e, o que aqui especialmente nos interessa, a autonomia do bebê em todos esses processos, realizados pelo

⁵ Para maiores elaborações da atribuição social de centralidade ou autoridade a figuras masculinas em relação à reprodução, ver Strathern (1995). Ver Martin (2006) para identificação de funcionalizações genericadas – e conferições de protagonismo a papéis masculinizados - nos processos reprodutivos como processos de produção fabril.

seu corpo ainda que com material externo, cuja origem humana não tem participação continuada.

Ao se descrever ritos a respeito do “bebê no útero”, ignora-se ou omite-se a possibilidade da gestação como um processo, em primeiro lugar, produtivo ativo antes *da* gestante que *na* gestante, e, em segundo, advindo do trabalho de seu corpo sobre si mesmo - e não sobre um agente independente que ali habita. A normalização e universalização da ideia de gestar como “carregar um bebê” descarta a possibilidade de distinções, no descentramento da análise de variados contextos sociais, entre fases de formação do feto, e entre feto e bebê gerado, ou do entendimento do objeto intra-uterino como *parte* do corpo gestante, fixando o lugar desse corpo como recipiente e guardador, estabelecendo independência do feto de modo que haja relações sociais dadas diretamente com/sobre o bebê, em detrimento da gestante, mero habitáculo. Essa construção dá pistas sobre aspectos da configuração da binariedade sexual na modernidade ocidental.

A exemplo disso, o fenômeno da estatização de decisões sobre o aborto, por exemplo, trata no discurso burocrático (“organização social”) o feto como objeto do Estado, travando diálogo e estabelecendo proximidade com o discurso moral que configura o bebê como pessoa, passando pela anulação da gestante como sujeito ou da possibilidade de leitura da coisa-feto como componente partícipe do corpo gestante. Em outras palavras, o status de pessoa (“bebê”) conferido ao feto opera politicamente como mecanismo de separação semântica desse objeto (feto) em relação ao corpo gestante, de modo que só assim faz-se possível acoplá-lo à chave moderna da reificação:

coisa feto > pessoa > processo virtual de reificação > coisa propriedade.

Há que se esmiuçar e aprimorar as bases teóricas deste ponto da discussão, o que este breve ensaio inoportunamente não contempla. Para seguirmos com a sugestão de pontos de reflexão, voltemo-nos então ao caso da Pintura do Ventre Materno, sobre cujas premissas acerca da aproximação das definições “feto” e “bebê” debruça a pretensa exegese aqui iniciada.

4. “Gestação e arte”

Segundo Mata & Shimo, a “Arte da Pintura do Ventre Materno” se define como “uma atividade artística, que envolve a técnica da pintura aplicada no abdome da gestante, na qual são representados, objetivamente, o bebê imaginário e outros elementos ligados à gestação como o cordão umbilical, a placenta, o útero e a bolsa das águas.” (2017, p. 252). A descrição reconhece o bebê como “imaginário”, no entanto lista-o como um dos “elementos ligados à gestação” – o primeiro e, aparentemente, principal dentre todos –, conferindo ao feto o lugar dessa personagem “bebê”, que a prática descrita preza por promover, valorizar e personalizar. Aqui lembramos, então, uma breve passagem de Rancière acerca das práticas artísticas:

As práticas artísticas são “maneiras de fazer” que intervêm na distribuição geral das maneiras de fazer e nas suas relações com maneiras de ser e formas de visibilidade” (2005, p. 17).

Como prática artística, a atividade em questão, isto é, a Pintura do Ventre Materno, enuncia a própria função afirmativa como valor, com base em uma argumentação pautada pela produção científica do campo da Saúde, fundamentada, por sua vez, em uma certa moralidade. Nessa argumentação é possível identificar alguns pressupostos, como o sugerido pela “relação *entre* a mãe e o feto”, isto é, a condição de unidade autônoma dada ao feto a ponto de conferir a “ele” a competência de estabelecer uma *relação com* a gestante.

Outro pressuposto expresso é o interesse fervoroso da sujeita gestante em acessar informações visuais do feto. A ausência de acesso da mãe à imagem estética do “bebê” em formação, segundo Mata & Shimo, estabelece um cenário no qual “o vazio causado (...) é *insuportável*, e a mãe o preenche criando uma personagem, o bebê imaginário (CRAMER, 1993; RAPHAEL-LEFF, 2009; CAMARNEIRO, 2011),” (MATA & SHIMO, 2017, p. 251, grifo meu). É então que a Pintura do Ventre Materno reproduz e produz sentidos do ser, e revela-se arte enquanto maneira de fazer [esses mesmos sentidos].

A ideia de uma independência do feto em relação ao corpo gestante caminha junto com a ideia desse corpo como recipiente a ser “preenchido”, um recipiente funcional que não pode suportar o “vazio”, dado que perde seu propósito. Essa construção faz-se aparente em relação a variados processos do interior do corpo do sexo feminino. Aponta Emily Martin, por exemplo, que “para compreender o tratamento médico dado ao parto,

precisamos reconhecer que, no desenvolvimento do pensamento e da medicina ocidental, o corpo passou a ser visto como máquina.” (2006, p. 105).

A metáfora da máquina, já um tanto quanto revisitada em descrições de processos corporais e suas leituras sociais, dá margem a interpretações curiosas nesse caso: apesar de podermos alegar que há uma produção “da máquina”, a ideia aqui parece se aproximar da percepção da máquina como mediadora a ser operada por um sujeito externo, que exerce, então a *sua* produção *na* máquina. Martin traz indícios disso ao apontar para um entendimento médico de que o útero, “e não a mulher”, faça o trabalho de parto (ibid., p. 111). Estabelece-se, assim, para além da independência do feto, a possibilidade de desconexão do útero em relação à ação da mulher e à sua agência enquanto sujeito operante da gestação - o que a levaria à possibilidade legítima de agência sobre sua interrupção, inclusive.

5. Produzindo um bebê por indução

O que ocorre se assumirmos que o “bebê imaginado” *cria* – e não “responde a” – expectativas na gestante sobre uma suposta relação presumida, a partir de um intenso processo de educação social ao longo da vida? Nesse caso, ao contrário de pôr em questão a factualidade dos impactos emocionais da gestação constatados e registrados pelas referências trabalhadas por Mata & Shimo, propõe-se uma investigação aprofundada a respeito de suas origens e motivações em um contexto cultural particular. Assim, abre-se a possibilidade de que toda a relação emocional da gestante com o feto, então lida como relação “*entre* mãe e bebê”, seja fruto de uma construção fabular que a educa para compreender o corpo fetal como a) um ser alheio, hospedado em seu interior – e não uma parte desse interior, nem, ao contrário, um corpo estranho que ela poderia absorver ou eliminar; b) um ser humano, com desejos, direitos e poderes; c) um objeto de devoção, cuja divindade provém da funcionalização da pessoa mãe e sua atribuição à sujeita gestante, a partir e a serviço do bebê.

No processo de idealização de um “bebê imaginário” sugerido por Mata & Shimo, talvez possamos entender que o feto opera por “intensificação da eficácia”, nos termos de Severi (2013), de uma imagem ou ideia virtual, isto é, como potencial corpo-de-sujeito que o converte em pessoa. Esse feto-quimera é uma imagem que é uma parte não visível, porém

perceptível, tátil e, sobretudo, concebida, a ser projetivamente completada para se tornar (ter o status de) bebê - e por que, então, essa imagem não se completa como [extensão do] corpo da mãe?

A relação metonímica que faz de um membro fisiológico corpo, na leitura ocidental moderna da biologia, complexifica-se para fazer de um feto bebê - extraordinariamente atravessando a possível etapa que o faria “corpo gestante” antes ou ao invés de corpo independente e pessoa. Indagar por que o feto em formação não é, na leitura ocidental moderna, partícipe do corpo gestante como suas secreções ou seus cabelos, traz questões sobre o que cabe ao conceito corpo nesse contexto, mas, especialmente, sobre como as definições que perpassam o sistema reprodutor feminino estão implicadas nos mecanismos de controle reprodutivo pela sociedade.

Essas implicações levam processos comuns do corpo feminino gestante, como o aborto, conceituarem-se no contexto euro-americano contemporâneo como grandes polêmicas, tensões políticas e eventos trágicos, dramatizando a própria condição que socialmente se constrói como a feminilidade arquetípica atribuída ao sexo feminino, uma condição de eterno risco de fracasso diante da função maternal, ainda produzida e reproduzida pelas práticas artísticas a partir de pressupostos que articulam coisa, corpo e pessoa em mecanismos de controle da reprodução.

Conclusão

O lugar social atribuído ao feto por meio da aproximação em relação a um conceito “bebê” carregado de moralidade mostra-se consolidado no contexto ocidental cristão. Sua observação serve ao questionamento das construções conceituais e ontológicas sobre a reprodução humana, sobre sua conexão com estruturas sociais binárias de sexo e de gênero, e suas implicações sobre a realidade política e a produção científica no contexto em questão. As produções da antropologia que conferem visibilidade ao descentramento dos entendimentos acerca de ideias tais quais corpo, coisa e pessoa favorecem essas reflexões e a construção de um campo científico mais amplo.

As investigações etnográficas no campo da antropologia no contexto de sociedades consideradas não-modernas ou não-ocidentais - nomenclaturas em delicado processo de consolidação - vêm produzindo vias de desconstrução e desnaturalização de pressupostos

autocentrados na compreensão dos fazeres culturais e sociais, ao ponto do questionamento na dimensão ontológica dos próprios conceitos no fazer científico.

O acionamento de resultados desse exercício na articulação com outras áreas do saber no interior do contexto ocidental moderno e pós-moderno revela-se igualmente necessário, frutífero e político.

Referências

MACGAFFEY, Wyatt. Fetishism Revisited: Kongo “Nkisi” in Sociological Perspective. In: *Africa: Journal of the International African Institute*, v. 47, n. 2, 1977, pp. 172-184.

MARTIN, Emily. *A Mulher no Corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2006.

MATA, Júnia; SHIMO, Antonieta. A representação social da arte da pintura do ventre materno para gestantes. In: *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo, v.5, n.8, 2017, pp. 250-268.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Ed. Ubu, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo, Editora 34, 2005.

SEVERI, Carlo; LAGROU, Els. (Orgs.). *Quimeras em diálogo: grafismo e figuração na arte indígena*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2013.

STRATHERN, Marilyn. Learning to see in Melanesia. *HAU Masterclass Series*, v. 2, 2013.

_____. Necessidade de pais, necessidade de mães. In: *Revista Estudos Feministas*, 1995, v. 3, n. 2, pp. 303-330.

_____. Sem natureza, sem cultura: o caso Hagen. In: *O Efeito Etnográfico*. São Paulo, Ed. Ubu, 2017, pp. 23-80.